

O processo de demarcar a escrita, a antropologia e a universidade a partir das existências coletivas de mulheres Karipuna¹

Ana Manoela Primo dos Santos Soares / Universidade Federal do Pará (UFPA) / Brasil²

Resumo: Esta proposta de comunicação é realizada por uma indígena do povo Karipuna do Amapá, que realiza pesquisas em antropologia com um grupo de “indígenas mulheres” de seu povo origem. Estas pesquisas passam por relações que envolvem gênero, geração, parentesco, ritual, território, oralidade, memória, escrita e desenhos. Este grupo de mulheres com quem realizo as pesquisas são “parentas” muito próximas, pesquisa com minha mãe, minhas tias maternas e com a memória de minha avó. Enquanto as primeiras ainda estão vivas, esta última já se ancestralizou e foi morar em um “mundo invisível, o mundo dos karuãna”. Todas estas mulheres são originárias da aldeia Santa Isabel, na Terra Indígena Uaçá (Oiapoque – Amapá). Nesta comunicação pretendo explicar como são os processos para a realização destas pesquisas, que já envolveram a realização de apresentações, artigos, tcc, dissertação, fotografias e desenhos. Busco responder como as histórias e conhecimentos das mulheres Karipuna de minha família formam a tecitura e a materialização destas pesquisas? Quais são seus sentimentos com relação a estes estudos e quais são os meus sentimentos para com as pesquisas e estas parentas? Quais são os retornos que já foram realizados e quais os possíveis retornos que ainda podem ocorrer com relação a estes estudos para nossas comunidades? Como ocorrem as escolhas das oralidades, memórias e bibliografias que comporão as pesquisas? Quais são os afetos, as afinidades, as dessemelhanças, as tensões e as disputas para realização de pesquisas com “indígenas mulheres” dentro dos territórios de nosso povo e dentro dos territórios acadêmicos? Pois nas universidades se existem aliados, alianças, mundos e territórios indígenas, também existem teorias, narrativas e territórios que estão em disputas. Além do racismo e violências que as universidades também podem produzir e reproduzir com relação aos povos originários. Este é um caminhar pelos anos de pesquisa que já realizei. É uma reflexão de como estou trazendo para a universidade as existências de mulheres que me formam como parenta e mulher Karipuna, mas também como trago a minha própria existência, pois somos coletividade, somos mulheres povo. Porém, compreendendo que as pesquisas também são um meio que me tece como Karipuna, pois a partir do que as mulheres foram me narrando e realizando para as pesquisas, também fui me apropriado das histórias, filosofias, ciências, antropologias e artes Karipuna. Neste território de pesquisa parto de minhas próprias experiencias com o que vem dos “corpos-

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Licenciada em Ciências Sociais (UFPA). Pesquisadora na Liga Acadêmica Brasileira de Antropologia e Direito Indígena (LABADI). Estudante no Grupo de pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia (DINA): Pesquisas colaborativas e pluridisciplinares - Museu Paraense Emílio Goeldi. Estudante no grupo Ameríndia - Grupo de pesquisa em Etnologia Indígena e dos Povos e Comunidades Tradicionais (UFPA). E-mail: anamanoelakaripuna@gmail.com

territórios” das mulheres de minha família e como vamos demarcando a universidade com nossas existências ancestrais e coletivas.

Palavras-chaves: Karipuna do Amapá; Indígenas Mulheres; Demarcar a universidade.

Introdução

A autora desta pesquisa é indígena do povo Karipuna. População originária que habita as Terras Indígenas (T.I.) Uaçá, Galibi e Juminã, que são subdivididas em cinco regiões, com maior concentração do grupo Karipuna no Rio Curipi. Atualmente, o povo Karipuna vive em cerca de 23 aldeias, com uma população de aproximadamente 3.000 pessoas. As T.I.s onde habita meu povo ficam no município de Oiapoque, no extremo norte do estado do Amapá, em uma região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Além dos Karipuna, habitam as Terras Indígenas em Oiapoque os povos Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kalinã. Completo que em meu povo, somos falantes da língua Kheuól karipuna e português (Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque, 2019).

Meus avós maternos, Dona Delfina e Seu Manoel (ou Cacique Coco), nasceram na aldeia Karipurá, local onde fica um igarapé de mesmo nome, atualmente localizado dentro da Terra Indígena Uaçá. Minha avó era filha de uma Karipuna de nome Suzana e um Palikur de nome Yeopolo. Enquanto meu avô era filho de uma Karipuna de nome Vitória e um não indígena de nome Manoel (Tassinari, 2003). Minha avó Delfina foi criada no Karipurá. Porém, meu avô foi criado fora da aldeia por pessoas não indígenas e que não eram seus familiares de sangue, em um local que atualmente é localizado dentro da Terra Indígena Juminã. Retornando para a aldeia, após a morte do pai que vivia entre o povo Karipuna, para ajudar a criar o casal de irmãos mais novos junto da mãe. Ao retornar para a aldeia, Manoel passou a residir maritalmente com Delfina, até posteriormente casarem-se em cartório. Mudaram-se junto dos irmãos mais novos de Coco, para a aldeia Espírito Santo as margens do rio Curipi, que atualmente também se localiza na T.I. Uaçá.

O documento mais antigo, que tenho em mãos e que trata da situação do casamento de meus avós é um microfilme do Diário de serviço de inspeção da 2º turma

do vale do rio Uaçá do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) datada de 3 de dezembro de 1936 e escrito por Luiz Thomas Reis. No microfilme é dito que:

[...] Manoel Primo, Caripoune, meio sangue de pai francês e mãe Caripuna, 23 anos de idade, inteligente e bem apessoado, diz: que vive maritalmente com uma mulher por não ter tido ainda dinheiro para preparar os papeis do casamento e outras despesas [...] Perguntado (pelo SPI) se gostaria de ser guarda de fronteira, instruir-se na carreira de soldado e prestar serviço militar, disse não desejar nada disso e nenhuma inclinação para o mister [...] (Diário de serviço de inspeção da 2ª turma do vale do rio Uaçá do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), 3 de dezembro de 1936, Luiz Thomas Reis)

De acordo com Ribeiro (2020), Coco e demais lideranças da região não tinham interesse em afastar-se de seus territórios e parentes. Ao ler na íntegra este documento do SPI sobre a região de Oiapoque, algo me chama a atenção como Karipuna e como mulher. As mulheres indígenas não são nomeadas e suas existências são colocadas a partir dos homens. Ao tratar dos povos Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno (pois, os Galibi Kalinã na época ainda não habitavam o Oiapoque) apenas os indígenas homens são nomeados e descritos em detalhes. As mulheres são sempre descritas apenas como mulher, esposa ou filha “de tal indígena homem, seguido do nome do mesmo”. Sabe-se seu grau de parentesco com os homens, onde moram e a que povo pertencem, mas não se sabe os nomes das mulheres, como são e como vivem. Suas identidades são diluídas e invisibilizadas pelas masculinas, não por intenção dos próprios indígenas homens com quem o SPI dialogou, mas por iniciativa ou do autor do diário ou do próprio órgão indigenista. Minha própria avó Delfina e minha tia avó, irmã de meu avô, de nome Juliana, são invisibilizadas por mais de uma vez em tal relatório. Apenas sei identificar elas no texto, por conhecer a história de minha família e povo. Percebo a não invisibilização das mulheres indígenas de Oiapoque em escritos a partir das literaturas das antropólogas Eneida Correia de Assis, Lux Vidal, Antonella Tassinari e Artionka Capiberibe, quando nelas as mulheres passam a ter nomes e protagonismos, mesmo em pesquisas que não tratam em específico das mulheres indígenas. Tendo mais protagonismos ainda, quando a partir do ano de 2016, mulheres indígenas dos povos de Oiapoque, em suas graduações e posteriormente pós-graduações passam a escrever sobre si mesmas e seus conhecimentos em suas pesquisas (Primo dos Santos Soares, 2021c).

Especificamente sobre a trajetória bibliográfica acerca de pesquisas sobre as mulheres indígenas de Oiapoque há um primeiro artigo da antropóloga Eneida Correia de Assis (2012); seguido do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), intitulado

“As índias vão à luta: a trajetória da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do Baixo Oiapoque”, pesquisa realizada pela parenta Ariana dos Santos Karipuna (2016), que, mais tarde, foi publicado como artigo (Santos & Machado, 2019); o TCC também em Licenciatura Intercultural Indígena (UNIFAP) de Renata Lod Moraes (2018), intitulado “*Amiakô woli medela neí amiakô nimü dai elomem*: a transição de menina para mulher e a menstruação como rito de passagem entre os Galibi Kali’na”; meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Mulheres Karipuna do Amapá: trajetórias de vida das *Fam-Iela*: uma perspectiva autoetnográfica” (Primo dos Santos Soares, 2018). Parte do TCC resultou no artigo “Sangue menstrual na sociedade Karipuna do Amapá” (Primo dos Santos Soares, 2019); também havendo minha Dissertação de Mestrado intitulada “Ser indígena e antropóloga – tecendo pesquisas com as antigas – Aldeia Santa Isabel – povo Karipuna do Amapá” (2021). Estou, ainda, publicando artigos sobre os resultados das pesquisas de TCC e mestrado (PRIMO DOS SANTOS SOARES, 2020, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b) e sobre a biografia de Suzana Karipuna (Primo dos Santos Soares & Primo dos Santos, 2020). Sendo que a própria Suzana Karipuna também possui publicação sobre sua relação com a reserva técnica etnográfica Curt Nimuendajú do Museu Paraense Emílio Goeldi (LÓPEZ GARCÉS, KARIPUNA, 2020). Há ainda a dissertação de Mestrado em Letras, também pela UNIFAP, da parenta Bruna Almeida Karipuna, intitulado “*Ixtua Dji Fam-Iela* - narrativas orais de mulheres Karipuna: uma análise sobre o lugar de fala da mulher indígena do baixo Oiapoque” (2022).

Acrescento, também uma série de entrevistas publicadas durante o ano de 2022, realizadas por pesquisador não indígena, mas que teve como protagonistas as mulheres lideranças de Oiapoque, entre estas entrevistas com Lilia Karipuna, Priscila Karipuna e Sônia Jeanjacque do povo Galibi Kalinã (Batista, 2022a; 2022b; 2022c). Além destas pesquisas, no audiovisual, os indígenas Davi Marworno (povo Galibi-Marworno) e Takumã Kuikuro (povo Kuikuro) produziram o curta metragem “Xandoca” (Marworno & Kuikuro, 2019), “que trata sobre Dona Xandoca, antiga do povo Karipuna, falecida em março de 2018. Dona Xandoca foi liderança, conselheira e parteira na aldeia Santa Isabel, sendo a segunda esposa de meu avô”, mãe de muitas de minhas tias e tios (Primo dos Santos Soares, 2022a).

Junto a essas bibliografias concernentes às mulheres e os povos indígenas de Oiapoque, também houve, durante os anos de 2016 e 2018, o projeto “A mãe do corpo:

aprendizagem, conhecimento e afinidade entre populações indígenas”, coordenado pela antropóloga Antonella Tassinari. De acordo com a pesquisadora, este projeto “tinha por objetivo analisar os conhecimentos, técnicas e cuidados relacionados à mãe do corpo entre os Karipuna e Galibi Marworno”. A mãe do corpo é o útero. Tassinari coloca que o projeto “... tratava da dinâmica de compreensão sobre fertilidade, desenvolvimento do feto, vida intra-uterina, infância, pessoa, corporalidade, circulação de conhecimentos, afinidades com os seres sobrenaturais e experiências oníricas”. Recentemente, o projeto resultou em artigo sobre os conhecimentos das mulheres Karipuna e Galibi-Marworno sobre as gestações, partos e puerpério (Tassinari, 2021). Poucos dias antes da entrega deste artigo, também fui informada, ao presenciar a fala de uma parenta, que a parenta Leandra do povo Karipuna, também realizou pesquisas com as mulheres de nosso povo em sua graduação em Licenciatura Intercultural indígena. Porém, ainda não tive contato com esta bibliografia.

Sobre a escrita que mulheres indígenas realizam Nelly Dollis do povo Marubo junto a antropóloga Sandra Benites do povo Guarani Nhandewa, explicam que são as mulheres indígenas quem devem contar as suas próprias histórias na escrita, pois são elas as protagonistas destas narrativas e são quem passam da posição de objetos para sujeitas na antropologia (DOLLIS, 2017; FRANCHETTO, BONILLA 2015). Porém, com relação ao ato de escrever, acrescento que Célia Xakriabá (2018) explica que as mais velhas e mais velhos dos povos indígenas, apesar de não dominarem a escrita, escrevem as suas histórias com a oralidade e que de fato escrever estas oralidades no papel é algo que cabe as gerações mais novas que passam a aprender a dominar a escrita, constituindo-se como aliadas das gerações mais velhas no registrar dos conhecimentos. A partir dos ensinamentos e reflexões destas parentas, que alcançaram e abriram os caminhos da antropologia e da educação anteriormente a minha geração, percebo as mulheres indígenas pesquisadoras em Oiapoque como protagonistas nos registros escritos sobre as mulheres de suas comunidades e como aliadas na preservação das memórias das mais velhas através do ato da escrita. As pessoas adultas de meu povo costumam incentivar as mais jovens a irem para a universidade para adquirirem conhecimentos sobre educação, direito e saúde e que ao realizarem isto, aproveitem para registrar os conhecimentos dos mais velhos em suas pesquisas. Certa vez antropólogas, questionaram para mim se era relevante para meu povo registrar conhecimentos com a escrita, se não bastaria a oralidade como registro, além de outras formas Karipuna de se guardar conhecimentos?

Respondi que a escrita era importante porque ao estar em Oiapoque com minhas parentas e parentes, as pessoas me orientavam que se eu tinha interesse em fazer pesquisas com as parentas Karipuna, era as mais velhas quem eu deveria recorrer. Para estudar, eu deveria falar com as mais antigas e ouvi-las atentamente. As parentas e os parentes também me relatavam o medo de perder uma antiga ou antigo, pois, perder alguém mais velha/velho significa que muitos conhecimentos nossos morrem junto com a pessoa. Sobre isto, as pessoas nas aldeias diziam que nem todos os conhecimentos conseguem ser repassados para as novas gerações, pois são muitos os saberes que uma antiga e um antigo possuem. Além de que algumas pessoas manifestaram que há jovens que não se interessam pelo que as antigas e antigos tem a dizer, e que, portanto, se eu era uma jovem que gostaria de pesquisar com as mulheres e de conhecer mais sobre meu povo de origem, era com as antigas que deveria estar (Primo dos Santos Soares, 2021a, 2021c).

A partir disto comecei a perceber as conversas das mais velhas mais próximas a mim, minha mãe e minhas tias maternas, respectivamente chamadas Suzana, Isabel, Estela e Vitória. Em suas conversas era natural elas rememoravam a aldeia Santa Isabel, localizada na Terra Indígena Uaçá. Esta foi aldeia que meus avós fundaram, após se mudarem da aldeia Espírito Santo. Mas adiante explicarei algumas questões sobre sua fundação e o porquê é importante enfatizar que a aldeia foi fundada por ambos e não somente por Coco. Além delas rememorarem a aldeia, algumas primas e estas tias enfatizavam a relevância de que houvessem mais escritos sobre a memória de nossa avó Delfina, nisto passei a escrever na dissertação (Primo dos Santos Soares, 2021c), sobre as memórias que elas tinham respectivamente sobre Santa Isabel e Delfina, assim como sobre as poucas memórias que tenho de minha avó.

Este artigo retoma muitas questões já abordadas na dissertação (Primo dos Santos Soares, 2021c), mas também busca responder novas perguntas, como responder como as histórias e conhecimentos das mulheres Karipuna de minha família formam a tecitura e a materialização destas pesquisas? Quais são seus sentimentos com relação a estes estudos e quais são os meus sentimentos para com as pesquisas e estas parentas? Quais são os retornos que já foram realizados e quais os possíveis retornos que ainda podem ocorrer com relação a estes estudos para nossas comunidades? Como ocorrem as escolhas das oralidades, memórias e bibliografias que comporão as pesquisas? Quais são os afetos, as afinidades, as dessemelhanças, as tensões e as disputas para realização de pesquisas com mulheres indígenas dentro dos territórios de nosso povo e dentro dos territórios

acadêmicos? Este é um caminhar pelos anos de pesquisa que já realizei. É uma reflexão de como estou trazendo para a universidade as existências de mulheres que me formam como parenta e mulher Karipuna, mas também como trago a minha própria existência,

Demarcar a escrita, a antropologia e a universidade a partir das existências coletivas de mulheres

Antes de começar a responder as perguntas propostas no resumo e no último parágrafo de introdução deste artigo, retomo brevemente o princípio de quem eu sou e do que realizo como mulher indígena na universidade, retomo a história de fundação da aldeia Santa Isabel. Ressaltando que o escrevo aqui sobre a aldeia, é o que as mulheres de minha família me contam sobre ela.

Aldeia Santa Isabel foi fundada no ano de 1940 pelo casal Delfina dos Santos Batista e Manoel Primo dos Santos, mas na maioria das vezes é atribuída apenas a Manoel a fundação deste território, pois, na época em isto ocorreu, em nosso povo, apenas os homens detinham o poder de ocuparem as posições de lideranças e de fala nas reuniões indígenas. Por conta disto, acredito que a fundação também por uma mulher, foi algo invisibilizado, mas que cabe agora as suas descendentes retomarem a memória. Por isso, considero importante fazer inversão na escrita, dizer que Delfina e Manoel fundaram a aldeia, ao invés de dizer que foi Manoel e Delfina ou apenas Manoel.

Sobre a recorrente invisibilização das mulheres indígenas, diálogo com a literatura de Rita Segato. Nela aparece o “patriarcado de baixo impacto ou patriarcado de baixa intensidade”, este seria um patriarcado que atinge apenas as comunidades e culturas indígenas, e que é de baixa intensidade se comparado com as relações patriarcais impostas pela colônia e estabilizadas na colonialidade moderna (SEGATO, 2012, p.117-124). Em complemento as informações advindas de Segato, cito Silvia Rivera Cusicansque, esta socióloga de origem Aymará traz em suas pesquisas o conhecimento de que a lógica patriarcal tem reprodução também nos circuitos indígenas, realizadas pelos homens parentes, e que segundo ela, isto confirma uma histórica exclusão das mulheres indígenas dos direitos de participação em espaços públicos, incluindo alguns construídos no âmbito das lutas indígenas (Barbosa, 2021: 169). Ou seja, apenas os homens terem posições de

liderança em meu povo e apenas eles falarem nas assembleias indígenas, seria uma forma de patriarcado de baixo impacto que ocorria antigamente e que teria entrado nas comunidades indígenas com a colonização. Mas isto, não significa que as mulheres não se articulavam ou que não exerciam protagonismos de outras formas, como por exemplo: como mais velhas, pajés, parteiras e conhecedoras de histórias e ervas. Minha avó Delfina exercia protagonismos desta forma. Mas as mulheres em Oiapoque somente passam a se articular enquanto movimento a partir dos anos 1980 com as primeiras atividades que um dia darão origem a AMIM (Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão), que se formaliza como associação em 2006³ (Santos, Machado, 2016, 2019). Apesar deste artigo se concentrar mais nas escritas das mulheres e nas oralidades e memórias que tecem estas escritas, do que propriamente nos movimentos de mulheres indígenas, que são foco de outras pesquisas que desenvolvo; e ainda que ambos, escrita e movimento, se encontrem e não se dissociem em muitos momentos; é importante utilizar este artigo também para expressar e fortalecer o quanto o movimento de mulheres em Oiapoque, atualmente é forte, reconhecido pelas demais lideranças e exerce importantes protagonismos nas tomadas de decisões para com as comunidades da região e também em articulações com estado. Evidenciando, assim, o protagonismo das lideranças mulheres indígenas nas políticas internas e externas aos seus territórios.

Porém, retomando o que dizia Segato e Cusicanque, agora em consonância com Julieta Paredes, esta escritora também de origem Aymará, contribui ao falar que a comunidade não deve ser projetada somente pelos homens, mas também pelas mulheres e que elas não devem ficar por trás deles. Ou seja, sempre os homens indígenas representando, falando e decidindo. Para a autora, isto é, a patriarcalização e a colonização da comunidade (PAREDES, 2020). A antropóloga Artionka Capiberibe (2001) baseada em pesquisas de Curt Nimuendaju, fala em um “regime de saias” existente entre o povo Palikur, em que os homens originários deste povo tomavam decisões com suas esposas dentro de casa e comunicavam suas decisões nos encontros e assembleias indígenas, como se fossem opiniões suas, embora a própria comunidade soubessem que

³ De acordo com Braga e Machado Cardoso (2022, p.367) na década de 1970 os movimentos indígenas articularam-se a partir dos desafios da conjuntura política do Brasil, que neste período estava na Ditadura Militar (1964-1985). O antropólogo Gersem Baniwa (2022) também destaca que é durante a década de 1970 que ocorrem as primeiras grandes assembleias indígenas. Enquanto Ângela Sacchi (2011) explica que o movimento de mulheres originárias passam a articular-se na década de 1980 com o surgimento das primeiras associações e articulações de indígenas mulheres do país.

eram opiniões das mulheres. Logo, ainda que as decisões fossem influenciadas pelas mulheres, neste povo quem as comunicava para a comunidade eram os homens, por serem apenas eles as lideranças. Weuler Azara (2021) relata que assim também ocorreria entre os Kaingang de Santa Catarina. Mas o autor escreve que isto significa que o ambiente doméstico nas aldeias também é político e que as mulheres Kaingang apesar das circunstâncias não permaneceriam alienadas das decisões tomadas em seus territórios. De fato, as mulheres de Oiapoque nunca permaneceram alienadas, das decisões de suas comunidades, mas dos anos 1980 em diante passaram a subverter as lógicas do patriarcado de baixo impacto (ainda que não chamemos desta forma, pois, este é um termo acadêmico) e a partir dos anos 2000 passaram a emergir como lideranças cacicas e vice-cacicas. Hoje contamos em Oiapoque com assembleias realizadas apenas por mulheres indígenas, em que os parentes homens são quem cozinham para nós, subvertendo assim a lógica das assembleias de antigamente, que eram exclusivamente masculinas. Mas a ocupação de espaços pelas mulheres originárias é reivindicado até hoje, como é possível perceber em um dos trechos do Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em agosto de 2019 em Brasília, quando as lideranças mulheres escrevem que é necessário a necessidade do aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos e que também é necessário combater a discriminação dos indígenas nos espaços de tomadas de decisão, especialmente das mulheres, que são vítimas não apenas do racismo, mas também do machismo. Em conversas informais, com parentas indígenas de diferentes povos da região norte do país, é comum em seus discursos relatos sobre as violências de gênero que sofrem dentro e fora das aldeias; nos espaços das universidades estas violências se somam ainda ao racismo institucional.

Retomando, Santa Isabel, esta era uma ilha inabitada na frente da aldeia Espírito Santo, seu nome na época era Barracão, pois diziam os parentes que um homem de origem não indígena já havia residido na ilha e morado em uma habitação que chamavam por este nome. Portanto, quando Delfina e Côco decidiram residir na ilha que ficava a frente de sua antiga aldeia, esta ainda não tinha o nome que possui hoje. Na época, Delfina estava grávida. Minha avó já havia passado por diversas gestações anteriores, mas sempre sofria abortos espontâneos ou as crianças morriam de doenças não identificadas antes dos dois anos de idade. Como nosso povo nesta época já mantinha relações com o catolicismo, fizeram a promessa de que caso a criança sobrevivesse e fosse menina se chamaria Isabel, enquanto a aldeia seria Santa Isabel e assim aconteceu. Aos poucos as pessoas foram se

mudando para Santa Isabel e hoje ela se constitui como uma das quatro maiores aldeias Karipuna (Tassinari, 2003)

De acordo com minha tia materna Isabel, que hoje conta com 82 anos de idade:

Delfina era uma mulher muito corajoso, pois, na época da fundação da aldeia, Côco por vezes tinha de se ausentar e Delfina passava noites dormindo sozinha e grávida no vasto território da futura aldeia, ato que somente uma mulher de muita coragem poderia realizar, pois, a aldeia é cheia de karuãna⁴, que poderiam fazer mal a ela ou assustá-la (Comunicação pessoal, março de 2021).

Sobre Delfina, minha mãe, Suzana, conta que a mãe, além de fundadora da aldeia Santa Isabel, era uma mulher que lhe ensinava as artes de nosso povo, ensinando a filha a fazer as cuias e os grafismos Karipuna. Lhe levando para a roça e falando com ela somente na língua Karipuna. Explica também, que a mãe desde que os filhos eram bebês, os levava para ver o turé⁵, o principal ritual de nosso povo, assim como os levava na ou no pajé quando doentes. Explicando que a mãe também era parteira, que trouxe ao mundo muitas crianças, algumas destas seus netos. Mas que também conhecedora de ervas,

⁴ Os karuãna são, de acordo com os parentes “pessoas que vivem no Outro Mundo, onde são gente como nós, e que apenas os pajés conseguem ver e se comunicar com eles. Os karuãnas moram no mar, nos rios, lagos, nas matas e no espaço; são espíritos de aves, cobras, peixes, árvores e estrelas... Os que vêm do espaço são considerados grandes médicos e doutores que curam as doenças das pessoas visíveis através dos pajés..., mas os karuãnas também provocam doenças e até matam... (ANDRADE, 2009. p.19-51).

⁵ De acordo com o parente do povo Palikur-Aruakweyene e antropólogo Adonias Guiome Ioiô, especialista na festa do turé: O turé é uma festa realizada pelos povos Karipuna, Galibi Marworno e Palikur. Para o parente “o turé possui especificidades próprias ao ser realizado por cada povo e está completamente ligado as tradições, identidades, territórios, calendários, cosmologias e demais elementos da natureza e de outros mundos. O turé, em acordo com sua oralidade, possui organização própria: períodos, dias, músicas, cantos, ritmos, coreografias, instrumentos musicais (flautas), bebidas, regras, agradecimentos, respeitos, éticas, mastros, maracá, bancos, enfeites, pinturas, grafismos corporais (marcas), carimbos faciais, adornos corporais, movimentos corporais e caxixi. Participando várias pessoas de sua realização. No turé o pajé convida os karuãna para participarem da festa, nele há a comunicação entre os seres visíveis e os seres invisíveis que são moradores dos diferentes mundos. Sendo o turé também uma homenagem a lua, mas especificamente a lua cheia (Ciclo de Palestras Histórias, antropologias e direitos dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará. Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Universidade Federal do Amapá. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5hWm7-OjKAc&t=3797s> Acesso em: 25 de mai. De 2021). Já nas palavras de uma Karipuna, Suzana Primo dos Santos, diz que “O turé é um ritual com muitas normas e regras, realizado pelos pajés nos períodos de outubro e novembro, quando celebram as derrubadas e os plantios das roças, está ligado ao ciclo agrícola; o turé também é realizado como forma de pagamento pela cura de uma pessoa que estava doente. O espaço do laku, onde é realizado o ritual do turé, é em forma de roda, com mastros ao meio, bancos de quase dois metros, representando jacarés, cobras sucuriju e peixes espartates, todos pintados com grafismo de kuahí, pintas de cobra-grande e outros. Durante este cerimonial não podemos atravessar os bancos, a mulher menstruada tem que pedir autorização do pajé para poder entrar no laku, depois de defumada pelo pajé ela pode entrar no espaço sagrado. Todos os convidados não podem comer peixe durante três dias antes da realização, tudo é devidamente organizado com muito respeito, porque estamos lidando com karuãnas de outro mundo, que vem tanto do mundo do alto (céu) quanto do mundo de baixo (água)” (LÓPEZ GARCÉS, KARIPUNA, 2021, p.108-109)

principalmente daquelas que funcionavam como método contraceptivo para evitar filhos (Primo dos Santos Soares, 2021c).

Enquanto minha tia materna, Estela, explicou-me recentemente, que a mãe zelava pelos filhos gêmeos (Suzana e meu tio Vicente) e pela caçula (Estela), para que os karuãnas hoho não os levassem para o mundo invisível, pois, os mesmos por serem gêmeos e filha que nasceu após aos gêmeos, eram considerados por nosso povo como filhos de bichos. Sendo uma lembrança, de tia Estela, que foi a mãe, Dona Delfina, quem a levou para estudar na cidade, por orientação do esposo, Manoel. Quem tinha levado as filhas mais velhas para estudar anteriormente, tinha sido meu avô, então esta é uma vivência diferente das que suas irmãs tiveram ao mudar para a cidade (Primo dos Santos Soares, 2021c).

Meus avós Karipuna não tiveram uma educação formal, quando pensada a partir de uma educação escolar ou ingresso no ensino superior. Mas tiveram uma educação que é sagrada para nós, baseada nas ciências dos territórios e nos ensinamentos dos mais velhos. Minha avó não aprendeu a ler, escrever ou contar. Meu avô aprendeu por conta própria o básico, observando que o irmão caçula, Florêncio, aprendia na escola que existia dentro da aldeia. Aliás, o povo Karipuna foi o povo quem primeiro teve acesso a escola em Oiapoque. A primeira escola existente entre os Karipuna, era chamada Escola Isolada Mixta da Vila do Espírito Santo do Curipi, fundada em 1º de janeiro de 1934 na aldeia Espírito Santo. Mais tarde esta escola foi desativada e reaberta em 1948 na aldeia Santa Isabel.

Minha avó preferia que as filhas e filhos continuassem na aldeia, mas meu avô queria que elas e eles saíssem do território para estudar. Pois, a escola da aldeia só as e os ensinaria a ler, escrever e contar na língua portuguesa. Meu avô queria que aprendessem mais sobre os códigos dos brancos e a administrar estes códigos. Deu preferência para que as filhas mulheres e mais velhas fossem quem saíssem da aldeia para estudar. Minha mãe e minhas tias fizeram parte de uma primeira geração de mulheres Karipuna a saírem da aldeia para ingressarem em escolas e no ensino superior. Minha mãe se formou em Bacharelado em Ciências Sociais e minha tia odontologia, ambas nas décadas de 1980 e 1990 pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mas é somente com as Políticas de Ações Afirmativas que os povos de Oiapoque começam de fato adentrar e permanecer nas universidades. Porém, estas mesmas Políticas de Ações Afirmativas no estado do Amapá, são somente oferecidas no campus Binacional de Oiapoque da Universidade

Federal do Amapá (UNIFAP), que conta com poucos cursos. Geralmente, muitas parentas e parentes migram para o estado do Pará para tentarem o ingresso na UFPA, que conta com uma quantidade de ampla de cursos, áreas e campus. O que não é uma mudança simples, pois o dinheiro das bolsas e auxílios nem sempre é o suficiente para se manter na cidade e no curso. Além de que, ficasse distante dos familiares, da língua, da alimentação e das convivências com seu povo e território. Além de terem de conviver com os racismos estrutural e institucional e a violência de gênero, como foi colocado anteriormente. O que deixa as parentas e parentes propensos a desenvolverem doenças como ansiedade e depressão.

A partir das oralidades e memórias de minhas tias e mãe, vou compreendendo e escrevendo a história da aldeia a partir de suas vivências e a das de meus avós, mas buscando trazer ênfase principalmente para a trajetória de Delfina. São as memórias e oralidades destas mulheres que tecem quem sou e tecem a própria pesquisa que realizo. Faço uma reflexão de que se hoje estou na universidade escrevendo com os conhecimentos das mulheres é porque isto teve início com meus avós. Tanto quando Côco insistiu que as filhas estudassem fora da aldeia, quanto quando Delfina insistiu que permanecessem na cultura. Pois hoje escrevo e conto as histórias que vem destas parentas e parente em diversos lugares, entre eles a universidade, mas permanecendo na cultura, pois, minha avó e mãe, me ensinaram a valorizar nossas raízes ancestrais. Estas memórias são importantes para minha permanência na universidade. Além de que, como escreve Xakriabá (2018), é importante demarcar o território acadêmico de jenipapo e urucum com as epistemologias indígenas, isto contribui para a descolonização das mentes e corpos nestes espaços. O caso também é que a universidade muitas vezes não está preparada para receber o indígena e não nos quer receber. Trazer nossas epistemologias para a universidade é defesa de que também temos o direito de ocupar e permanecer nestes espaços e de que se estamos nos espaços acadêmicos, é para aprendermos sobre os direitos de nossos povos e territórios, para os defendermos, adquirindo conhecimentos que não são para um indivíduo só, mas para a comunidade.

Respostas as questões propostas

Finalmente respondendo as questões colocadas, como foi exposto ao longo do texto, as histórias e conhecimentos Karipuna de minha família formam a tecitura e a

materialização desta pesquisa a partir das próprias palavras faladas de minhas mães e tias maternas, as oralidades, e a partir das memórias, que passam a ser registradas na escrita por mim. Coloco na dissertação (Primo dos Santos Soares, 2022c), que a metodologia que sigo é a da história oral, pois, como coloca Raimundo Pereira do Rosário (2019, p.191), indígena do povo Tembé-Tenetehara “o ensino tradicional indígena é feito por meio da oralidade, no cotidiano da aldeia”. Francilene Fontes (2020, p.181-186), parenta Baniwa e antropóloga, diz que chega a sua própria pesquisa através da memorização de relatos ouvidos e aprendidos, que a repetição das histórias é uma forma de aperfeiçoamento da memorização e narração em seu povo. Segundo a parenta e pesquisadora “falar com as mulheres é aprofundar as nossas próprias histórias étnicas, as histórias das educações indígenas e descobrir nossas raízes. Através da escrita, Fontes traz as vozes e os pensamentos das bisavós e avós, que possuem linguagens próprias e são repassadas de geração a geração. Pesquisar com as pessoas antigas fortalece o povo e concordo com o que é exposto pelo parente Rosário e pela parenta Fontes.

É complicado tratar sobre os sentimentos dos outros para com a pesquisa, mas minhas parentas seguem com o estímulo de que os mais jovens adentrem as universidades para o estudo e que após o término retornem para as suas comunidades. Até o momento também seguem me ensinando os conhecimentos Karipuna e me estimulando para com as pesquisas e movimento indígena. Dentre estes destaco os conhecimentos advindos de minha mãe, que em pesquisa de dissertação (Primo dos Santos Soares, 2023) explico que é uma mãe aldeia para mim, pois, quando distante de Santa Isabel é ela quem desde sempre tece e desenha para a filha as histórias concernentes às nossas ancestralidades, cumprindo um importante papel da indígena mulher, que é o de ser provedora dos conhecimentos aos seus descendentes: filhas/filhos; netas/netos; bisnetas/bisnetos; sobrinhas/sobrinhos. Suzana é uma pessoa fundamental para que as pesquisas existam, pois possui uma riqueza e complexidade de conhecimentos sobre o nosso-sistema Karipuna que tão amorosamente me cede através da aprendizagem de quem somos.

Sobre os retornos, eles por enquanto se deram apenas no âmbito da escrita e das leituras das pesquisas por parte de algumas parentas. Além de que esta escrita significou uma maior incorporação minha nos movimentos de mulheres indígenas e no movimento indígena. Mas parentes já pautaram que minhas contribuições futuras poderão ser como docente, com a elaboração de materiais didáticos por ser licenciada em sociologia e em articulações dentro do movimento indígena.

Como ocorrem as escolhas das oralidades, memórias e bibliografias que compõem as pesquisas? Confesso que as escolhas são por registrar o máximo possível a história de meu povo quando ensinada pelas mulheres e as tenham relações com os movimentos protagonizados por elas, mas respeitando o aspecto de que há conhecimentos que são perigosos e não devem ser revelados a alguns parentes ou aos não indígenas. minha mãe me explica que a conhecimentos sobre a pajelança e os mundos dos karuãnas que ou ela nunca poderá me contar ou somente me revelar em um futuro.

Quais são os afetos, as afinidades, as dessemelhanças, as tensões e as disputas para realização de pesquisas com mulheres indígenas dentro dos territórios de nosso povo e dentro dos territórios acadêmicos? Estas são questões que também já foram colocadas ao longo do artigo. Os afetos e afinidades inserem-se na busca por fortalecer aos povos originários através dos registros das histórias quando incentivados pelos mesmos e pelas buscas de conhecimentos sobre os nossos direitos nos espaços acadêmicos, políticos e movimentos indígenas. Mas as tensões, dessemelhanças e disputas se dão nos âmbitos dos racismos e violências epistemológicas que sofremos nas universidades, somadas as violências de gênero que mulheres indígenas sofrem em suas comunidades e nas universidades. Sendo constantemente questionadas sobre as capacidades de serem mães, pesquisadoras e lideranças indígenas.

Considerações Finais

Este artigo faz parte de um conjunto de textos, alguns publicados, outros em processo de publicação que tratam sobre as escritas com mulheres indígenas nas universidades. Sendo a própria autora uma mulher Karipuna que escreve com as memórias advindas de si e outras mulheres de seu povo de origem. Por estar distante geograficamente da aldeia, a escrita acabou tecendo-se para mim como uma forma de encontrar minhas raízes e história através, pois ao perguntar para minha mãe e tias sobre a história de nossa família, de nosso povo e da aldeia Santa Isabel, fui tomando consciência de histórias e memórias que desconhecia. Por isso, compreendo as pesquisas que venho realizando com minhas parentas mais próximas como pesquisas que também me tecem como mulher Karipuna, pois se realizam a partir das oralidades, memórias e vivências destas mulheres para com nosso povo de origem. A partir delas também vou

me apropriando dos conhecimentos Karipuna e assim vou demarcando a universidade com nossas existências ancestrais e coletivas.

Este é um caminhar pelos anos de pesquisa que já realizei. É uma reflexão de como estou trazendo para a universidade as existências de mulheres que me formam como parenta e mulher Karipuna, mas também como trago a minha própria existência a partir delas.

A conclusão a que venho chegando para com os momentos de pesquisas com as parentas, é que estar com as mulheres e ouvir suas vozes é parte fundamental para que se compreenda a história e as relações com o território. Muitas pessoas entre indígenas e pesquisadores/as não indígenas que pesquisam em Oiapoque, olham para a aldeia Santa Isabel como formada originalmente e principalmente a partir da história de vida do Cacique Côco. As pessoas que a compreendem desta forma não estão erradas, eu também a compreendo desta mesma maneira, mas de maneira mais ampla. É necessário se olhar para Santa Isabel e compreender que a aldeia também é formada principalmente pela história de vida da primeira morada mulher deste território: Dona Delfina. Além de se compreender que ela também é formada a partir das descendentes deste casal. Ouvir as vozes das parentas é entender outras histórias da aldeia, é mergulhar nos detalhes que a compõem, nos trançados das vozes e memórias para com este lugar de afeto. Demarcando-se também que mesmo quando se tece diálogo com as bibliografias das/dos não indígenas antropólogas/os, os nossos cânones das palavras escritas e falas sempre serão as mais velhas e os mais velhos de nossos povos originários.

Referências:

ALMEIDA, Bruna dos Santos. Ixtua dji fam-iela – Narrativas orais de mulheres Karipuna: Uma análise sobre o lugar de fala da mulher indígena do Baixo Oiapoque. Dissertação de Mestrado. Programa Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras. Universidade Federal do Amapá. 2022.

ANDRADE, U. M. (Org.). Turé dos povos indígenas do Oiapoque. Rio de Janeiro/São Paulo: Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio/IEPÉ. 2009.

ASSIS, Eneida Correa de. Descobrimo as mulheres indígenas no Uaçá – Oiapoque: uma antropóloga e seu diário de campo. *Genêro na Amazônia*, (1), 163-180. 2012.

AZARA, Weuler Pereira de. Vozes de Mulheres indígenas na política: O pleito de 2020 no contexto de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História, Florianópolis. 2021.

BANIWA, Gersem. Indígenas e processos eleitorais no século XXI. Sistematização das normas eleitorais. Eixo temático VII: participação política dos grupos minorizados – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Silvia Rivera Cusicanqui, a tecedora de uma Sociologia do Abya Yala. In: As Pensadoras. Vol 1 / Rita de Cássia Fraga Machado et al. São Leopoldo, RS: Editora As Pensadoras, 2021. p.150-178.

BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. A fronteira tem rosto de mulher: Sônia Jeanjacque. Caderno 4 Campos – PPGA/UFPA [Número I | 2022a].

BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. Fronteira, Política e Diversidade têm rosto: Lilia Oliveira. Caderno 4 Campos – PPGA/UFPA [Número I | 2022b].

BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. Articulação Indígena Sem Fronteiras Priscila Karipuna. Caderno 4 Campos – PPGA/UFPA [Número I | 2022c].

BRAGA, Gabriel Silva; CARDOSO MACHADO, Denise. Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 11, n. 1, p. 362-382, jan./abr. 2022.

CAPIBERIBE, Artionka Manuela Góes. Os Palikur e o Cristianismo. Orientador: Robin Michel Wright. Coorientadora: Lux Boelitz Vidal. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas 2001.

DOCUMENTO FINAL MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: “TERRITÓRIO: NOSSO CORPO, NOSSO ESPÍRITO”. 2019.

DOLLIS [MARUBO], Nelly B. D. Nokê mevi revõsho shovima awe ‘o que é transformado pelas pontas das nossas mãos’ o trabalho manual dos marubo do rio Curuçá. Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ. 2017.

FONTES. Francineia Bitencourt. Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro – Amazonas/Brasil. Cadernos de campo (São Paulo, online) | vol.29, n.1 |p. 179-186 | USP 2020.

FRANCHETTO, Bruna. BONILLA, Oiara. “Os antropólogos contam tudo errado! Nós somos as autoras das nossas falas.” Entrevista com Nelly Duarte (Marubo) e Sandra Benites (Guarani). Revista DR. Dossiê Falas e Falhas da Universidade. 2015.

LOD MORAES, Cláudia Renata. AMIAKÔ WOLĬ MEDELA NEÍ AMIAKÔ NIMÜDAI ELOMEM A transição de menina para mulher e a menstruação como rito de passagem entre os Galibi Kali’na. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Universidade Federal do Amapá. 2018

LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor, & dos SANTOS KARIPUNA, Suzana Primo. “Curadorias do invisível”: conhecimentos indígenas e o acervo etnográfico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10(19), 101–114. 2021.

MARWORNO, Davi; KUIKURO, Takumã. *Xandoca* [Filme]. MT/Brasil. 2019.
PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. Mulheres Karipuna do Amapá: trajetórias de vida das fam-ielas: uma perspectiva Autoetnográfica. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Pará. 2018

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (org.). *Pensamento Feminista hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentes Karipuna do Amapá. *DEBATE • Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* 17 (2) • 2022a.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. As perguntas das antropólogas: Percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos. *NOVOS DEBATES - FÓRUM DE DEBATES EM ANTROPOLOGIA*, v. 7, p. 1-15, 2021a.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. *CADERNOS DE CAMPO (USP)*, v. 30, p. 1-12, 2021b.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela; Primo dos Santos, Suzana. A Cobra e o Maracá encantam: Memórias e vivências de Suzana – Mulher Karipuna do Amapá. *Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro. 2020.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. Relações de parentesco nas mulheres Karipuna: Entre territórios, karuãna, sonhos de pajé e desenhos. *REVISTA EQUATORIAL - REVISTA DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL*, v. 9, p. 1-20, 2022b.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. Sangue menstrual na sociedade Karipuna do Amapá. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 11(2). 2019.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. Ser mulher Karipuna e outras subjetividades em contexto de deslocamento entre a aldeia em Oiapoque e o espaço urbano belenense. *REVISTA EQUATORIAL - REVISTA DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL*, v. 7, p. 1-21, 2020.

PRIMO DOS SANTOS, Ana Manoela. Ser indígena e antropóloga: Tecendo pesquisas com as antigas – Aldeia Santa Isabel – Povo Karipuna do Amapá. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2021c.

Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque. CCPIO. RCA, Iepé. 2019

REIS, Luiz Thomas. DIÁRIO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO DA 2ª TURMA DO VALE DO RIO UAÇÁ -1936. Serviço de Proteção ao Índio. Ministério da Guerra. Inspetoria Especial de Fronteiras. 1936.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. Território, poderes tutelares e agências indígenas: Análises preliminares sobre trânsitos, trocas e r-existências na fronteira Brasil-Guiana Francesa (1930-1945). *Revista História e Cultura*, Vol. 9, Nº 1, 2020.

ROSÁRIO, Raimundo Pereira do; ALVES, Darcel Andrade; ACÁCIO, Mara Silva Jucá. 2019. Ensino da arte indígena Tembé Tenetehar: Cestaria e grafismo. In: A produção do conhecimento em contextos indígenas: diálogos interculturais para o ensino em linguagens e artes / Organização de Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar, Cláudio Emídio Silva, Eliete de Jesus Bararúá Solano. Belém: EDUEPA, 2019.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 14, n. 12, p. 95-110, set. 2011.

SANTOS, Ariana dos. As índias vão à luta: A trajetória da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do Baixo Oiapoque. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena - Universidade Federal do Amapá. 2016.

SEGATO, Rita. Gênero e Colonialidade. e-cadernos CES, n. 18, 2012, pp. 106-131.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. No Bom da Festa: O Processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. A “mãe do corpo”: conhecimentos das mulheres Karipuna e Galibi-Marworno sobre gestação, parto e puerpério. *Horizontes Antropológicos*, 60(1), 95-126. 2021.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. Brasília – DF, 2018